



**Público**

22-03-2017

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 51453

**Temática:** Banca/Seguros

**Dimensão:** 3077 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/2 a 4

---

# Banco de Portugal abre a porta a reavaliar gestão do Montepio

Tentativa de aumentar lucros do Montepio com operação financeira leva supervisor a equacionar reavaliação da gestão. Banco de Portugal “analisa as operações relevantes” e “retira as devidas conclusões” **Destaque, 2 a 4**

2 • Público • Quarta-feira, 22 de Março de 2017

## DESTAQUE

## BANCA

# Banco de Portugal pondera reavaliar gestão do Montepio

“O Banco de Portugal não se pronuncia sobre instituições financeiras individualmente”, mas “analisa todas as operações relevantes” e daí “retira as devidas conclusões para o processo de supervisão”, responde fonte oficial do regulador

Cristina Ferreira

O Banco de Portugal está a equacionar a possibilidade de abrir processos de reavaliação da idoneidade para o exercício de funções em sociedades financeiras aos membros da equipa de gestão da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), liderada por José Félix Morgado.

Em causa estão as notícias publicadas pelo *Expresso* a 11 de Março e que indicam que o banco Montepio tentou montar um esquema financeiro artificial para melhorar as contas trimestrais. Uma situação que obriga a instituição liderada por Carlos Costa a olhar para a transacção e para as partes envolvidas. Só depois de completar a análise mais detalhada poderá concluir se existe, ou não, razões para impedir o exercício de funções aos gestores da CEMG. É aliás com muita cautela que o BdP, interrogado pelo PÚBLICO sobre se pondera reavaliar a idoneidade da



## Do BES à administração da Caixa Económica Montepio Geral

**O caso remonta a 1997**, quando um cliente do Banco Espírito Santo (BES) entregou à família do actual administrador da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), João Neves, a título de um empréstimo que nunca passou a escrito, dois cheques ao portador totalizando 1,25 milhões de euros [250 mil contos, um de 100 mil e outro de 150 mil contos]. Os montantes foram depositados em contas de João Neves no BES, onde este trabalhava.

**Em 2000**, João Neves recebe mais três cheques ao portador que totalizam 2,08 milhões de euros. E, de novo, sem registos escritos.

**Já em 2004**, o cliente do BES que havia feito o empréstimo notifica o banco de alegadas irregularidades. E imputa a João Neves uma possível utilização indevida de fundos. O banco fica a saber, através do seu

cliente, que este interpôs um procedimento cautelar de arresto de bens da família do bancário nas varas cíveis de Lisboa. Com o tema a ameaçar tornar-se público, Ricardo Salgado (na foto em baixo) interveio. O BES garante o reembolso das verbas reclamadas (não se sabe se o banco foi posteriormente ressarcido), mas determina uma auditoria interna a João Neves, que será interrogado a 23 de Dezembro de 2004. Em resultado da prova reunida e dos depoimentos recolhidos, anos depois, o BES vai esclarecer o Banco de Portugal (BdP) que da inspecção resultou “a verificação da prática consumada e reiterada de várias infracções, cuja gravidade” qualifica no relatório. As conclusões levaram João Neves a solicitar a “demissão”, e daí “não ter havido lugar à instauração de processo disciplinar no âmbito do qual o inquirido seria livre de dizer

o que se lhe aprobevesse”. Tudo somado, nem o BES nem o seu cliente vão formalizar queixas nos tribunais.

**A 26 de Setembro de 2005**, dá-se um aparente volte-face. O cliente do BES que havia feito o empréstimo escreve à mulher de João Neves a mostrar o seu “arrependimento pelo desmedido distúrbio que, sem justificação”, provocou “à sua família” e a colocar-se “à sua disposição para ultrapassar qualquer confusão que ainda persista”. O cliente do BES esclarece que os 3,3 milhões de euros foram concedidos à família Neves a título pessoal para que esta ajudasse a viabilizar o projecto empresarial Polímeros do Ave. E, em qualquer dos financiamentos, ter-lhe-ão sido transmitidos cheques como garantia dos créditos.

Observa ainda que “o receio” de que estes “pudessem não ter cobertura” se

veio a verificar não ser verdade. O cliente explica ainda que o pedido de arresto de bens visou apenas assegurar o pagamento da dívida. É nesta fase que João Neves entra no Montepio Geral, onde emerge como homem de confiança de Tomás Correia, então o número dois de José Silva Lopes. Ao economista chegam os relatos de que no BES há um relatório que não abona a favor de João Neves.

**A 24 de Março de 2008**, Silva Lopes deixa o Montepio e Tomás Correia afigura-se como o substituto natural. E João Neves evidencia-se como um dos braços direitos do novo presidente. No meio bancário, as competências de João Neves são reconhecidas por todos: “O Neves é tecnicamente muito bom, entra dentro dos assuntos”, admite um funcionário do banco. Ninguém se surpreende, assim, quando, no final de 2008, o seu nome aparece no grupo encarregue por Tomás Correia de

estudar a aquisição do Finbanco à família Costa Leite, da Vicima. A instituição vai, numa primeira fase, ser avaliada, em torno dos 240 milhões. Tal como o PÚBLICO revelou a 20 de Março de 2016, a operação seria finalizada ano e meio depois através de uma oferta pública de aquisição (OPA), lançada em Julho de 2010, com acordos confidenciais e que fizeram o preço disparar para 341 milhões de euros. Uma subida justificada com a inclusão no negócio do Finbanco Angola, uma imposição de Tomás Correia.

**No início de Janeiro de 2013**, João Neves é recorrentemente mencionado como “aspirante” a integrar a comissão executiva do banco. E o seu nome surgiu na lista candidata às eleições para os órgãos sociais da CEMG, encabeçada por Tomás Correia. Mas assim que é mencionado ao BdP, as luzes vermelhas acenderam-se. A inspecção desencadeada pelo BES a João





PEDRO CUNHA

### Banco de Portugal diz que avalia todas as operações relevantes

equipa de Félix Morgado, comenta o tema: “O Banco de Portugal não se pronuncia sobre instituições financeiras individualmente”, mas “analisa todas as operações relevantes” e daí “retira as devidas conclusões para o processo de supervisão”.

A operação em causa foi desenhada pelo gestor João Neves, mas terá sido assumida por toda a comissão executiva da CEMG, sendo posteriormente vetada pelo conselho geral e de supervisão presidido por Álvaro Pinto Correia. O “chumbo” ocorreu já depois de ter pedido esclarecimentos ao auditor, a KPMG, segundo foi noticiado pelo *Expresso* nas duas últimas edições.

Em causa estava um movimento financeiro em que o Montepio vendia 19% de uma posição que tinha na empresa mineira Almina por 93 milhões de euros, com uma mais-valia de 24 milhões. Acontece que a empresa compradora seria um veículo criado pelo próprio banco Montepio.

O PÚBLICO apurou que antes desta tentativa de operação houve

uma outra de avançar com um movimento semelhante, mas agora via Fundo de Pensões do grupo, que terá sido “chumbada” pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. E o “negócio” acabou por não se concretizar, como planeado.

Em declarações ao PÚBLICO, o porta-voz da instituição, António Cunha Vaz, apresenta outra interpretação dos factos. E assegura que a CEMG “não aprovou qualquer operação ilegítima desde a sua tomada de posse em Agosto de 2015”, como “confirmado”, entre outras entidades, “pelos relatórios de auditoria da KPMG”. E alega que o banco já “deu e vem dando sinais explícitos de que os resultados do exercício reflectirão uma melhoria relevante face ao ano anterior mas não serão positivos”. Pelo que, “até desse ponto de vista, a questão suscitada [criação de um veículo para alegadamente maquilhar contas] não tem fundamento”.

A justificação não afasta as dúvidas, pois se a transacção não tivesse tropeçado, os números →

Neves já tinha sido reportada ao supervisor, e é no âmbito da avaliação de idoneidade dos gestores que o departamento de Estabilidade Financeira interrogou pela primeira vez o BES sobre os motivos que levaram à “cessação de funções” de João Neves em 2004.

**A 18 de Fevereiro de 2013**, o BES respondia ao supervisor: a inspecção decorreria de uma queixa de um cliente das relações pessoais do seu antigo trabalhador e as “irregularidades” e “infracções” remontavam à década de 1990. O BES participa que o denunciante, entretanto, já se tinha considerado “totalmente ressarcido quanto às situações evocadas” e garantira nada ter “a reclamar do BES”. As explicações partem da caixa de correio do gestor do BES Rui Silveira e chegam à da supervisora Adelaide Cavaleiro, com cópia do Relatório de Inspeção n.º56/2004. E onde constam os

depoimentos de João Neves, a 23 de Dezembro de 2004 e a 4 de Janeiro de 2009; bem como toda a prova obtida. Com a auditoria na mão, o então director do Departamento de Supervisão Prudencial do BdP, Luis Costa Ferreira, convoca Tomás Correia a quem faz saber que não será dado parecer positivo de idoneidade a João Neves, entretanto na administração do Finibanco Angola.

**Em Novembro de 2013**, é posto em cima da mesa um trunfo para João Neves: uma nova carta, assinada pela mulher do cliente do BES que havia feito os empréstimos. “Nunca” a família Neves “causou qualquer prejuízo a mim ou a meu marido (...) ou por qualquer forma nos prejudicaram ou enganaram, seja no que for”, lê-se. Na carta, de 6 de Novembro, a signatária reafirma ainda o que o

marido já tinha dito: todas as verbas emprestadas a João Neves foram reembolsadas com os respectivos juros. E tudo não passou, afinal, de um grande equívoco: “Porque a amizade” era “sólida e sincera, nada foi escrito”. Com a assinatura reconhecida no escritório da advogada Ana Bruno — referenciada na imprensa como sócia minoritária da Akoya, a empresa suíça de gestão de fortunas que está no centro do processo Monte Branco —, o testemunho chega a João Neves, que o usa para convencer o BES a deixar cair a auditoria que o põe na lista negra do BdP, liderado por Carlos Costa (na foto em baixo).

**É o que faz a 8 de Janeiro de 2014**. Numa carta remetida da Rua Áurea, sede da instituição mutualista, dirige-se ao BES. João Neves lamenta que tenha sido facultado ao BdP informação

a seu respeito, apenas disponível “na base de dados de Recursos Humanos” do BES, e sem que lhe tenha sido dado conhecimento prévio ou solicitada autorização. Munido do depoimento da mulher do cliente do BES que emprestou mais de três milhões de euros, o bancário pede ao BES que anexe a declaração ao processo instruído contra si e que considera ter sido desencadeado por “uma denúncia caluniosa” e que a dê a conhecer ao BdP. João Neves apresenta-se ao BES na sua condição do momento: quadro superior do CEMG. E adianta que representou o Montepio “junto da *troika* e do BdP”, a instituição que não lhe reconhece idoneidade.

**A 22 de Janeiro de 2014**, chega a Adelaide Cavaleiro, do Departamento Financeiro do BdP, nova carta do BES que surpreende todos. Os dois executivos do BES, Rui Silveira e António Souto, surgem com uma versão mais suave dos

acontecimentos: no BES, nada há a apontar “ao comportamento do dr. João Neves, colaborador em que reconhecemos grande competência profissional”. Em sucessivas conversas com o BdP, os dois executivos tentam levar o supervisor a tirar os olhos do bancário, assinalando que o relatório não deu lugar “a qualquer aprofundamento da investigação ou instauração de qualquer processo disciplinar”. Mas a súbita disponibilidade para deixar cair a inspecção a João Neves chama a atenção de Pedro Machado, então número dois do departamento de supervisão do BdP. O que levava agora Ricardo Salgado a desvalorizar as suas próprias conclusões? As averiguações não foram correctas? Há algo a correr por detrás do pano? Por esta altura, já há sinais de que o Grupo Espírito Santo (GES) está prestes a eclodir. E é por esta época que se dá um aumento substancial da exposição da



4 • Público • Quarta-feira, 22 de Março de 2017

## DESTAQUE

### BANCA

seriam provavelmente outros.

Os dados publicados pelo Montepio dão conta de que no terceiro trimestre de 2016 o banco regressou aos resultados positivos, com um lucro de 144 mil euros. “O resultado líquido do 3.º trimestre de 2016 fixou-se em 144 milhares de euros, permitindo que o resultado acumulado dos primeiros nove meses do ano estabilizasse em -67,5 milhões de euros”, segundo o banco, que considera que o resultado “traduz uma inversão da tendência recente de resultados trimestrais negativos, evidenciando o impacto das medidas de gestão implementadas no âmbito do Plano Estratégico 2016-2018, com o objectivo de recuperação sustentável dos níveis de rentabilidade”.

O administrador João Neves, que terá sido uma peça-chave na operação mineira, já tinha estado no passado na mira do supervisor. Tal como o PÚBLICO já tinha avançado em 20 de Março de 2016, o BdP, entre 2013 e 2014, chegou a negar o registo de idoneidade a este gestor, o que o impediu, nesse período, de ser no-

# 144

**A Caixa Económica Montepio Geral registou lucros de 144 mil euros no terceiro trimestre de 2016. Ainda assim, os resultados acumulados nos nove primeiros meses do ano ainda foram negativos: -67,5 milhões de euros**

# 93

**O Montepio teria vendido a posição de 19% que tinha na empresa mineira Almina por 93 milhões de euros, o que permitia uma mais-valia de 24 milhões**



meado para a comissão executiva do banco Montepio. Um processo longo cujos detalhes são relatados neste trabalho (ver cronologia), sustentado em documentação, que envolve, por exemplo, relatórios internos, cartas ou emails, na posse do PÚBLICO e confirmados por várias fontes chamadas a pronunciar-se.

Sobre o papel e o facto de ter sido alvo de averiguações no passado, Cunha Vaz apenas clarifica: “Parece-nos, aliás, estranho, que questões relativas a 2004 e que estão completamente esclarecidas junto do regulador sejam invocadas numa situação como esta.”

A eventual reavaliação de idoneidade dos gestores da Caixa Económica ocorre num momento em que se agudizam os conflitos internos dentro do grupo mutualista, com um divórcio entre a liderança da Associação Montepio, presidida por Tomás Correia, e o presidente executivo da Caixa Económica, Félix Morgado (na foto).

cristina.ferreira@publico.pt

## Do BES à administração da Caixa Económica Montepio Geral

CEMG ao GES, cuja situação financeira está prestes a descontrolar-se. Mas não se registam créditos ao BES, já sob escrutínio cerrado do BdP.

**A 12 de Fevereiro de 2014**, a gestão de Tomás Correia dá luz verde a um crédito de 40 milhões à holding Rio Forte, do GES, que por esta altura já recebera um financiamento da Portugal Telecom de 900 milhões. Nesta altura, o BdP também já tinha detectado movimentos financeiros entre o Montepio e o Finbanco Angola, usado para fazer circular fundos e dar maleabilidade aos construtores civis que financiava. Um tema que o supervisor participa ao Ministério Público por suspeita de fraude.

**A 11 de Março de 2014**, Pedro Machado e Sofia Magalhães (BdP) voltam a contactar o BES: como justifica o BES o facto de

estar a desmentir informações reportadas um ano antes? Com vista a desfazer “qualquer equívoco”, a 19 de Março, Rui Silveira e António Souto respondem aos supervisores: “O relatório de inspecção fala por si, sendo inequívoco quer quanto às irregularidades apuradas quer quanto à gravidade e qualificação, pelo que nos dispensámos de formular juízos valorativos.” E mantém que até à queixa recebida pelo seu cliente — “de onde resultou a verificação da prática consumada e reiterada de várias infracções cuja gravidade está qualificada no relatório” —, o banco “nada tem a apontar” ao seu antigo colaborador.

**A 25 de Março de 2014**, a CEMG volta a financiar o GES com 60 milhões à ES Hotéis. A 3 de Junho, financia a Rioforte em 30 milhões. Todos os financiamentos são parcialmente garantidos.

**A 15 de Julho de 2014**, o PÚBLICO noticiava que o BdP tinha em curso uma inspecção forense ao Montepio Geral/ Caixa Económica (MG), por suspeitas de ilícitos criminais cometidos no quadro da sua actividade. O que envolvia as relações do grupo mutualista, com grandes clientes, como é o caso do GES, do qual a Rioforte faz parte. Outro grande cliente é a Ongoing. A exposição ao GES já ia em 150 milhões, na maior parte com garantias reais.

**A 3 de Agosto de 2014**, o BES colapsa, com os contribuintes a arriscar 3900 milhões de euros.

**A 9 de Setembro de 2014**, a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque (na foto ao lado), dá posse a António Varela como administrador responsável pela área de supervisão do BdP.

**Em Outubro de 2014**, Costa Ferreira

e Pedro Machado reafirmam a sua oposição à entrada de João Neves na administração da CEMG, que sustentam no relatório de inspecção do BES. A 30 de Outubro, os dois quadros demitem-se do BdP e protagonizam uma transferência polémica ao passarem para a consultora PwC. Para o lugar de Costa Ferreira, o governador vai ao BCP buscar um ex-colega seu, Carlos Albuquerque, e junto do qual Tomás Correia voltará a insistir na nomeação de João Neves. Carlos Albuquerque considera idóneo para as funções e os obstáculos levantados pelos seus antecessores são derrubados.



**24 de Novembro de 2014** Tomás Correia anuncia João Cunha Neves como o quinto elemento da gestão da CEMG que vai exercer

o mandato até final de 2015, cumprindo o exigido pelos estatutos da instituição.

**A 11 de Julho de 2015**, o PÚBLICO anuncia que o BdP abriu investigações ao banco Montepio, para reavaliar a idoneidade da equipa de Tomás Correia, mas não considera João Neves incluído na sua acção.

**5 de Agosto de 2005** O governador do BdP, Carlos Costa, sugere que José Félix Morgado, também ex-quadro do BCP, substitua Tomás Correia como líder da CEMG. Este apenas revela confiança num gestor da equipa anterior: João Neves. Actualmente, Carlos Albuquerque já deixou o BdP, e Costa Ferreira, que sempre se opôs à nomeação de João Neves, voltou ao departamento de supervisão do banco central pela mão de Elisa Ferreira. **Cristina Ferreira**